



**COMO PODE A DIFERENÇA SEXUAL FAZER DIFERENÇA? NOTAS SOBRE
O QUE PODE SER A DIFERENÇA SEXUAL**

***HOW CAN SEXUAL DIFFERENCE MAKE A DIFFERENCE: REMARKS ON
WHAT COULD SEXUAL DIFFERENCE BE***

Alice GABRIEL¹
Hilan BENSUSAN²
José BIZERRIL³
Thiago VASCONCELOS⁴
Luanna BARBOSA⁵
Rosana MEDEIROS⁶
Mateus FERNANDES⁷
Beatriz BELTRÃO⁸

Resumo

Este artigo procura experimentar com a noção de diferença sexual, tentando dar-lhe outras roupagens, a partir de críticas que surgem no seio da produção teórica feminista – como as de Monique Wittig e Judith Butler – mas também de tentativas de resgatá-la ou re-significá-la como nos escritos de Luce Irigaray e Rosi Braidotti. Será que a teoria *queer* e a crítica a política de identidade acabam de vez com o projeto de diferença sexual, ou há algo que sobra?

Palavras-chave: diferença sexual, devir-mulher, transexualidade, matriz heterossexual, teoria *queer*.

Abstract

The article endeavours to experiment with the notion of sexual difference, trying to dress it differently on the basis of the criticisms that came out of some feminist theory – particularly those of Monique Wittig and Judith Butler. It also attempts to rescue it from these criticisms based on the works of Luce Irigaray and Rosi Braidotti. Do queer theory and the criticisms to identity politics leave no more space to the project of sexual difference? Or there is still something that is left out?

Keywords: sexual difference, becoming-woman, transexuality, heterosexual matrix, queer theory.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. Departamento de Filosofia . Universidade de Brasília - ICC Ala Norte - Campus Universitário Darcy Ribeiro - Caixa Postal: 04661 - Brasília - DF - Brasil- CEP: 70.910-900 alicegabriel@gmail.com

² Professor Doutor do Departamento de Filosofia UNB hilantra@gmail.com

³ Professor Doutor do Departamento de Psicologia UniCeub jbizerril@yahoo.com.br

⁴ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia UNB thiagogen2@yahoo.com.br

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UNB luannasemsobrenome@gmail.com

⁶ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História UNB rosanamedeirosde@gmail.com

⁷ Graduando em Filosofia UNBmateus.fernandes@aluno.unb.br

⁸ Graduanda em Psicologia UniCeub beatrizbeltrao@gmail.com

O texto a seguir se organiza em pontos porque é multi-autoral. Ele é um produto das discussões que tivemos acerca da diferença sexual, no âmbito de um curso do programa de pós-graduação em filosofia da Universidade de Brasília no segundo semestre de 2007. O curso abordou o contraste entre os feminismos de Judith Butler e Rosi Braidotti como um pretexto para tratar da diferença sexual. Em discussões, facilmente cada pessoa assume muitas posições e não queríamos produzir consenso; algumas observações foram feitas em um âmbito específico da discussão que tentamos simular aqui; por isso, todo cuidado é pouco! A idéia foi tomar uma coleção de espremedores diferentes e espremer a diferença sexual para saber que gosto tem seu suco; será que o gosto da idéia de diferença sexual é aparentado com o gosto da dicotomia sexo/gênero?

Optamos por um estilo vagamente inspirado no *Tractatus* de Ludwig Wittgenstein⁹ – pelo menos no que tange a numeração de nossas proposições. Qualquer semelhança com a forma de contorção do pensamento que emerge no *Tractatus* é culpa e mérito do estilo – nada de mera coincidência. Porém não conseguimos manter uma estrutura linear: a diferença sexual nos colocou a ziguezaguear e algumas questões – as pedras nos nossos sapatos – sempre retornavam travestidas. O foco na diferença sexual nos levou muitas vezes a tematizar o intersexo e a transexualidade. (Pensamos até que talvez estivéssemos compondo um *Transtactus...*). Ao contrário de Wittgenstein no seu *Tractatus*, não pensamos que ficaram resolvidos muitos problemas – eles apenas ficaram massageados, apalpados, temperados e talvez espremidos. E, talvez, em contraste com o que pensava Wittgenstein dos resultados do seu *Tractatus*, isto tenha importância.

-1. Identidades são inteligíveis por meio de articulações de diferenças. O pensamento – e a ação (política, sexual, política e sexual) – se move no espaço dos mesmos e dos outros; é desse ponto de vista que enxergamos as diferenças, reafirmamo-nas e tentamos borrá-las. Muitas questões políticas, ontológicas e sexuais giram, portanto, em torno das questões acerca de que diferenças fazem diferença. (Ou, pelo menos, que diferenças estão fazendo diferença para nós.)

-1.1 A marcação de diferenças cria um pano de fundo que permite virem à tona políticas de identidade. Emergem sujeitos coletivos de ações políticas como os operários, as negras, as lésbicas ou as mulheres. É preciso que as diferenças que fazem surgir tais identidades precedam, em algum sentido, a ação política que elas promovem. A ação, então, é pensada como tendo um sujeito: aquele grupo de identidade.

-1.1.1 A crítica de Judith Butler¹⁰ à importância da categoria “mulheres” para o feminismo pode ser entendida como uma instância da crítica à necessidade de que ações políticas tenham um

⁹ WITTGENSTEIN 1921

¹⁰ BUTLER 1990/2003

sujeito coletivo que possa ser determinado de uma maneira que preceda – em algum sentido – a ação. Se o feminismo pode ser inteligível sem a categoria “mulheres”, ele pode dispensar a idéia de que haja alguma coisa como a diferença sexual.

0. O feminismo é muitas vezes pensado em termos do protagonismo das mulheres. Logo surge a idéia de que as mulheres não podem ser definidas como uma outra a partir do mesmo que são os homens: o protagonismo ontológico requer uma perspectiva em que as mulheres não são pensadas a partir de um mesmo masculino. Não ser pensada em termos de um outro, mas desde si mesma faz a diferença entre ser um objeto do pensamento e da ação e constituir um sujeito.

0.1 O protagonismo das mulheres pode levar rapidamente a alguma versão da diferença sexual. São as mulheres que agem – ou é em nome delas que se age. (O protagonismo das mulheres muitas vezes não é o mesmo que o protagonismo de uma mulher; e menos ainda de um fragmento da subjetividade de uma mulher.) É preciso que alguma coisa diferente do sujeito masculino tome as rédeas; e, preferencialmente, de um modo independente de qualquer reconhecimento do sujeito masculino.

0.1.1 Este caminho, por sua vez, pode levar suavemente à postulação de que o feminismo deve colocar seus esforços na construção de um sujeito feminino que não seja o outro, mas aquilo que está fora da capacidade de representação do sujeito masculino.

1. A diferença sexual é – grosso modo – a diferença entre, pelo menos, um sexo e outro. A diferença pode ser de muitas naturezas – ou entre o que é natural e o que é artificial, sobrenatural, cultural, desnaturado ou o que for.

1.1. Os sexos podem ser dois, como geralmente pensamos que seja o caso, mas podem ser cinco, como sugere Anne Fausto-Sterling¹¹, ou podem ser mais... até mesmo podem ser 6 bilhões – o que faria da diferença sexual uma diferença pessoal.

1.1.1. No caso de não serem dois os sexos, a diferença sexual não poderia ser definida por uma simples ausência ou presença de qualquer caractere sexual (seja primário, secundário) e, sobretudo, não poderia ser definida, como fazem algumas leituras da psicanálise, por meio do apelo ao falo.

1.1.1.1 Em todo caso, a diferença sexual é algumas vezes pensada como uma diferença entre categorias não facilmente definidas; assim, ela não pode ser determinada por traços, dimensões ou atributos específicos – no melhor dos casos apenas por um aglomerado deles.

¹¹ FAUSTO-STERLING 1993/2000

1.1.2. Há uma longa tradição de pensar na diferença sexual binária.

1.1.2.1. A binariedade pode ser pensada como uma binariedade inata, como uma construção social ou como um misto delas.

1.1.2.1.1 Rosi Braidotti¹² procura entender a diferença sexual como uma composição de elementos inatos e ambientais – um pouco como o conceito de *natal* de Giles Deleuze e Félix Guattari¹³, entendido em relação a um território em que o que é inato é introduzido e o que é adquirido é *territorializado*. Deleuze e Guattari entendem que os traços *natais* não podem ser reduzidos a categorias, mas devem ser pensados no âmbito dos acontecimentos: não é um comportamento que é inato ou adquirido, é um *agenciamento*, que é *territorializado*, que faz com que um indivíduo de uma espécie faça com os elementos daquela espécie seu território. A diferença sexual seria o uso que certos dispositivos institucionais fazem de alguns traços biológicos.

1.1.2.1.1.1 É certo que os traços biológicos e os dispositivos institucionais podem ser postos a serviço de outras diferenças – podem ser *desterritorializados*. Deleuze e Guattari apresentam uma imagem dos devires de acordo com a qual eles desterritorializam, eles escapam de onde traços foram colocados e se dirigem a alguma outra direção – emerge uma ontologia de linhas de fuga.

1.1.2.1.1.1.1 Porém, aqui Braidotti¹⁴ está em desacordo com Deleuze e Guattari; ela pensa que há alguma coisa de *molar* na diferença sexual, alguma coisa que não está sujeita às flutuações dos devires e das *desterritorializações*. Ela pretende que a idéia de um sujeito feminino que não é um outro do sujeito masculino tenha um espaço dentro de uma teoria dos devires: o sujeito feminino é um ponto de partida tão legítimo quanto o sujeito masculino.

1.1.2.1.1.1.2 Deleuze e Guattari¹⁵ dão um espaço para a diferença sexual binária e assim oferecem uma mão a Luce Irigaray: o devir-mulher (junto com o devir-animal) é uma porta a partir da qual todos os devires passam. Não há um devir-homem uma vez que os homens são os sujeitos. Os sujeitos são o que está estabelecido, o que está nas estruturas da organização das coisas: espera-se que o sujeito seja homem. São as estruturas *molares*. As mulheres estão na *molecularidade*, ou seja, no desvio. Há, portanto, uma assimetria que é como se apontasse para a *molaridade* do homem diante da *molecularidade* dos devires – o devir-mulher é uma das portas das linhas de fuga a partir do território masculino.

1.1.3 O tema da assimetria é crucial quando pensamos na diferença sexual. Braidotti diz que Deleuze destrói o sujeito antes de dar uma chance para que as mulheres sejam sujeito. Para ela, não apenas ele “postula um devir-mulher geral” que é insuficiente porque “não leva em conta a especificidade histórica e epistemológica do ponto de vista feminino feminista” como também

¹²BRAIDOTTI 2002

¹³DELEUZE & GUATTARI 1980/1997.

¹⁴BRAIDOTTI 1994/2000[...]; 2002[...]

¹⁵DELEUZE e GUATTARI 1980/1997[...]

não enxerga que uma consequência perniciosa das dicotomias que ele tenta criticar é o “posicionamento dos dois sexos em uma relação assimétrica”¹⁶. Para ela a assimetria entre os sexos precisa ser colocada em questão e o melhor modo de fazê-lo é postular a diferença sexual como uma diferença de pontos de partida para os devires. A diferença sexual está aqui para ficar – e é a assimetria que deve ser exorcizada.

1.1.4 Braidotti procura conciliar uma concepção *deleuziana* dos devires e uma perspectiva, inspirada em Irigaray, sobre a diferença sexual. Ao conceber dois sujeitos que se olhem como outros devemos criar espaço para uma heterossexualidade radical – em que o que está radicalizado é o “hétero”: dois sujeitos sexuais diferentes.

1.1.4.1. De certo modo a concepção de Irigaray é mais próxima da de Deleuze do que a da Braidotti. Irigaray parece pensar a diferença sexual como (e isso Braidotti capta de uma certa forma e deixa explícito na sua divisão da diferença de 3 modos) o que difere homens (o mesmo) de mulheres (o diferente): ou seja existe uma *molaridade*, o homem, o mesmo e as mulheres são elas mesmas a diferença, o devir, a *molecularidade*.

Mas, vivendo imersas numa ordem falocêntrica onde se entendem e são entendidas como o reflexo, o oposto simétrico do mesmo, ou um homem a quem faltam coisas, as mulheres são pensadas em termos de molaridade. Não uma mulher molar, mas a molaridade do sujeito masculino. Ser entendida em seus próprios termos, positivar a diferença é devir-mulher. Logo não há dois pontos de partida, apenas um: o sujeito que já é desde sempre masculino e a garotinha, que segundo Freud, já é desde sempre um pequeno homem.

1.1.5 Mas a diferença sexual molar pode ser *natal* ou terá que ser inata ou adquirida?

1.1.5.1 Butler e Braidotti fazem uso de uma concepção lacaniana da sexualidade feminina. Butler procura relacionar o interdito lacaniano com a norma heterossexual. Braidotti pensa que:

a perda do corpo da mãe leva a garotinha à perda fundamental de narcisismo primário como uma cicatriz da ferida devido à separação. Essa perda fundamental é o que interdita o acesso a mãe como objeto primário do desejo, assim privando o sujeito feminino de uma base ontológica fundamental para sua auto-segurança. O garotinho, por outro lado, é ‘compensado’ depois por esta perda da mãe e tem seu desejo transferido para outra mulher. Ele perde seu objeto de amor original, mas herda a terra em troca; os homens tiram toda sorte de vantagens de sua posição de representantes do significante fálico. Para a garotinha, há apenas a miséria econômica e simbólica.¹⁷

1.1.5.1.1 Mas será que precisamos, como as autoras acima, partir da narrativa psicanalítica, freudiana ou lacaniana, da diferença sexual, ou aceitar tacitamente os termos em que é formulada?

¹⁶ Braidotti, 2002, p. 82, tradução nossa.

¹⁷ Braidotti, 2002, p. 45

1.1.5.2 Para Braidotti parece que a sina da garotinha está escrita em sua anatomia que, em grande medida, determina sua miséria simbólica. Se é assim, a diferença sexual implica que há uma predestinação a ser mulher – não se nasce mulher, mas se nasce proto-mulher¹⁸.

1.1.5.2.1 Perguntando sobre a diferença sexual – inata ou adquirida? – nos perguntamos de que lado do vão da diferença sexual estariam as mulheres transexuais? O caso Janice Raymond¹⁹, que acusou as mulheres transexuais de estupro das mulheres naturais uma vez que elas penetravam no seu movimento e se apropriavam dos elementos de seu corpo para si, vem à baila. Uma diferença sexual nos moldes de Braidotti pode servir de base para posições como a de Raymond uma vez que as mulheres transexuais não passaram pelas experiências de uma garotinha natural e, portanto, são infiltrações dentro do território das mulheres naturais. Poderíamos pensar que elas se *desterritorializaram* usando seu corpo para se orientar para um devir-mulher, remodelam o que é inato e destituem o adquirido. Porém se a diferença sexual é molar, e não podemos entendê-la em termos de devires, o sujeito feminino não é algo que se possa alcançar. As mulheres transexuais estão condenadas a jamais serem mulheres porque nasceram do lado errado da diferença sexual – a diferença persiste para além de qualquer desejo que apareça pelas subjetividades.

1.1.5.2.1.1. Porém talvez haja uma diferença entre a posição de Braidotti e aquilo que pode fazer uma alavanca para que o universo feminino esteja fechado às transexuais: a posição de Braidotti não pretende ser uma posição que normatize quem é mulher, mas que apenas teorize sobre a diferença. Nesse sentido, ela entende que a diferença sexual deve ser entendida sempre como uma articulação de três níveis de diferença: a diferença entre homens e mulheres, a diferença entre mulheres e a diferença entre os elementos sub-individuais em cada mulher²⁰. Talvez no segundo nível caibam as diferenças entre as mulheres biológicas e as transexuais – e podem haver importantes diferenças aqui que não queremos tornar invisíveis. Poderíamos dizer que a miséria simbólica das garotinhas poderia ser produzida através do corpo e o desejo de homens – teríamos sujeitos perpassados por um devir-garotinha miserável. Porém esta linha de argumentação encontra seu fim quando esbarra com a *molaridade* da diferença sexual: o sujeito do devir-garotinha vai sempre continuar sendo o sujeito masculino.

1.1.5.2.1.2. Pensando a diferença sexual desta perspectiva, as pessoas que não foram criadas como apenas homens ou apenas mulheres – casos como os que surgiriam se pessoas intersexuais não tivessem seu gênero determinado na infância – não podem ser sujeito. Seriam

¹⁸ Ou melhor, nas palavras da própria Braidotti: “tanto nascemos mulheres quanto somos construídas como mulheres” (BRAIDOTTI, 1989 p.139). Esse é um ponto ao mesmo tempo instigante e frágil na argumentação de Braidotti, um ponto que aproxima dois aspectos diferentes: o primeiro parece um entendimento quase literal da afirmação algo irônica de Irigaray sobre a miséria simbólica da garotinha descrita pela psicanálise e o segundo é uma tentativa de colocar em questão a corporalidade, rechaçada por teorias construcionistas radicais. É um ponto instigante porque aponta para a dificuldade de entendermos a noção de corporalidade fora de um parâmetro de oposição entre natural e cultural, e é frágil justamente por isso, porque corre o risco de resgatar algum resto de falocentrismo, tornando sua teoria vulnerável a críticas *queer* que dão mais ênfase a um processo de reconfiguração corporal.

¹⁹ Raymond 1979, [...] Stryker & Whittle 2006.

²⁰ Por exemplo, em Braidotti 1994/2000[...]

então corpos abjetos por não serem suficientemente inteligíveis do ponto de vista da matriz binária (da diferença sexual)?

1.1.5.2.2. Talvez possamos então pensar em uma diferença sexual molar e ternária, e não binária: as pessoas trans seriam outros sujeitos - um terceiro pólo. De novo, porém, este não parece ser o espírito da idéia de diferença sexual de Braidotti.

1.1.5.3. A diferença sexual, concebida assim, tem implicações para a distinção entre o gênero feminino e o gênero masculino – anatomia (sexual) é destino (de gênero). Insistir na diferença sexual é insistir que o gênero é um produto do sexo ou, pelo menos, que há sexo para além do gênero; pois há a diferença sexual.

1.2. A idéia de diferença sexual é refém de um essencialismo dos sexos? Ou falar da diferença sexual como essencializante é já introduzir a diferença sexo/gênero onde ela talvez não caiba, ou não seja bem-vinda?

1.2.1. A distinção sexo/gênero é justamente uma forma de minar a idéia de que mulheres e homens são apenas definidos pelo seu sexo e por nada mais. Ou seja, tudo o que engloba o que chamamos de mulher – desejos, comportamentos, atitudes – está já previamente definido pelo órgão sexual. Com essa distinção o sexo se torna quase um natural amorfo, e o gênero aquilo que é produzido culturalmente. O gênero pode então fazer o que quiser com o sexo.

1.2.1 O que se quer dizer aqui é que com tal diferenciação, um órgão sexual específico não determina os desejos dos seus portadores, abre-se espaço então para todos os tipos de desejos, como os homossexuais, lésbicos, travestis etc. Por isso mesmo, a própria idéia de sexo como algo natural pode ser questionada.

1.2.2. Monique Wittig²¹ finca o pé na distinção entre sexo e gênero para criticar a idéia de diferença sexual: o problema é o sexo justamente porque ele é a materialização de um efeito ideológico que posa de natural. O sexo não é jogado fora porque ele é uma categoria em excesso, mas porque é um lobo em pele de cordeiro: ele passa por natural quando na realidade é cria da opressão das mulheres. Butler²² seguindo os passos de Wittig, vai afirmar que o sexo desde o começo já é gênero. A materialidade do sexo decorre de um efeito de materialidade que pode ser genealógicamente rastreado. Se o sexo é efeito do gênero, a diferença sexual teria que ser desfeita ao se desfazer gênero.

1.2.2.1. Pode ser, contudo, que a crítica à categoria de sexo nos termos *wittigianos* não implique uma crítica à diferença sexual pensada como *natal*. Se, à moda de Donna Haraway²³, reinventamos a natureza, recusando as noções arraigadas de que natureza e política se oponham, alcançamos uma outra possibilidade de pensar na diferença sexual. Se o par sexo/gênero serve

²¹ Wittig, 1976/1992.

²² Butler, 1990/2003, 1993.

²³ Haraway, 1991.

para dizer que alguma coisa é construída enquanto outra é natural e, se o que queremos é rejeitar a idéia de uma naturalidade do sexo, porque manter um dos lados do par? Mesmo que pensemos a “natureza” como uma invenção ideológica, uma naturalização do gênero, como faz Wittig²⁴, o problema permanece – de certa forma esse é o problema de Butler²⁵: gênero só faz sentido quando em relação a sexo. Pensar em termos de uma reinvenção de sexo (ou gênero), ou em termos de um sexo *natal* parece ser uma estratégia que se aproxima da de Butler.

1.2.3. De uma maneira geral, pode parecer que há mais diferença sexual entre o céu e a terra do que supõe nossa vã distinção sexo/gênero?

1.3. Wittig, novamente, acusa as teóricas da diferença sexual influenciadas por Irigaray pelo fato de suas teorias evocarem a heterossexualidade como pano de fundo. Em suas palavras: “A categoria de sexo é a categoria política que funda a sociedade como heterossexual”.²⁶ Só faria sentido dividirmos as pessoas em dois sexos se estamos mirando uma noção de reprodução da espécie.

1.3.1. Mas isso se segue se pressupomos que os sexos sejam dois – como o fazem muitas vezes as teóricas da diferença sexual, inclusive Braidotti – e se pressupomos que a reprodução da espécie seja refém de uma relação heterossexual. Na era de bebês de proveta, a reprodução da espécie pode ser garantida via soluções que beiram a ficção científica.

1.3.2. Falta pensar com calma o que queremos dizer quando falamos “heterossexualidade”. Quando Wittig²⁷ fala que o sexo funda a sociedade como heterossexual, o hétero é claramente um palavrão. Está a heterossexualidade sempre ligada a uma dinâmica de opressão ou hierarquia entre homens e mulheres?

1.3.3 Examinemos a discussão proposta por Butler²⁸: ao mesmo tempo em que ela propõe estratégias para desconstruir a matriz binária da heterossexualidade compulsória, também possibilita, indiretamente, pensar uma heterossexualidade não-normativa, nem compulsória ou necessariamente hierárquica. A “heterossexualidade liberada”²⁹ é apenas uma dentre inúmeras possibilidades de performances de gênero e práticas de sexualidade.

2. Poderíamos, com auxílio de Wittig - quando diz que “a categoria do sexo é o produto da sociedade heterossexual que transforma metade da população em seres sexuais, porque sexo é uma categoria da qual as mulheres não podem ficar de fora”³⁰ – pensar a diferença sexual em termos de uma construção de hierarquias com base na sexuação de alguns sujeitos: mulheres,

²⁴ Wittig, 1976/1992.

²⁵ Butler, 1993.

²⁶ Wittig, 1976/1992, p. 5. Tradução nossa.

²⁷ Wittig, 1976/1992.

²⁸ Butler, 1990/2003, 2004.

²⁹ Butler, 1990/2003.

³⁰ Wittig, 1976/1992, p. 8, tradução nossa.

homens homo, *queers*, *trans*...³¹ Diferença sexual se igualaria à diferença entre aqueles sujeitos que são ou não sexuados.

2.1. Mas o problema é que, o sujeito é exatamente aquele que não é sexuado, porque ser sexuada é ser particular, é ser concreta. E o sujeito é universal e neutro.

2.1.1. Se o sujeito é universal e não sexual, não pode haver sujeito feminino – que seria um sujeito sexuado. As mulheres só podem se tornar sujeito se a categoria de sexo for exorcizada – e se ela for exorcizada, não há mais diferença sexual. Wittig nos coloca em um dilema: ou preservamos a diferença sexual e as mulheres não podem ser sujeito ou as mulheres são sujeitos e temos que deixar de lado a diferença sexual. (Braidotti e Irigaray, é claro, não podem aceitar este dilema e estão prontas a reabilitar a categoria de sexo para poder preservar a diferença sexual.)

2.1.2. Porém em certo sentido, Wittig e Irigaray dão as mãos: o sujeito é masculino.

2.2. Wittig tira – rapidamente – a mão: as não-sujeitos podem (e devem) reivindicar não apenas o lugar de sujeito (um sujeito feminino), mas também o lugar do universal, e é exatamente assim que escapam de sua prisão categorial; falar como sujeito universal e ser mulher cria um paradoxo. Vira-se o *Female Man* de Joanna Russ: “para resolver as contradições, una-as em seu próprio corpo”³².

2.2.1. Enquanto isso, Irigaray segue pensando que é possível a (r)existência em outra forma que não a *falocêntrica*. O feminino resiste à universalidade, é não uno, é múltiplo.

2.2.2. Será que nessa multiplicidade cabe a Emma mencionada por Fausto-Sterling³³? E cabem, como aventa a 1.1.5.2.1.1 acima, as mulheres transexuais?

2.3. Mas se vamos falar de diferença entre sexuadas e não sexuados vamos diferenciar entre os tipos de sexuação? Porque isso já seria pensar a diferença sexual novamente em termos de categorias sexuais fixas existentes e permanentes.

2.4. Ou podemos fazer a diferença entre uma hom(em)ssexualidade e uma heterossexualidade (como faz Irigaray³⁴); aonde hom(em)ssexualidade está para não-sexuados assim como heterossexualidade está para sexuadas.

³¹ Ver nota 26 do capítulo 3 do *Problemas de Gênero* de Judith Butler: “Embora a própria Wittig não questione este ponto, sua teoria pode explicar a violência contra os sujeitos sexuados – mulheres, lésbicas, homens gays, para nomear uns poucos – como a imposição violenta de uma categoria violentamente construída. Em outras palavras, os crimes sexuais contra esses corpos os reduzem a seu “sexo”, assim afirmando e impondo a redução da própria categoria.”

³² Russ, 2000. Há uma passagem do romance de ficção científica *The Female Man*, de Joanna Russ, aonde uma das personagens consegue incorporar o projeto de Wittig de saída da categoria sexual mediante uma experiência de falar como sujeito universal. A seguinte passagem continua a explorar a transformação *wittigiana* de Joana: “você não pode unir mulher e humano do mesmo jeito que não pode unir matéria e anti-matéria, eles são projetados para não serem estáveis juntos e fazem uma grande explosão dentro da cabeça da pobre garota que acredita em ambos”

³³ Fausto-Sterling, 1993.

2.4.1. Aqui heterossexualidade só pode ser entendida como uma *altersexualidade* que é aquilo que contrasta com a categoria de sexo analisada por Wittig³⁵; ou seja, o sujeito universal lesbiano é *altersexual*: há sempre uma não-unidade, um movimento em direção a uma outra, diferente.

2.4.1.1. Em uma relação *altersexual* não haveria binariedade, sempre multiplicidades de sexualidades singulares. Estamos bastante longe do que queria Irigaray com a idéia de diferença sexual?

2.5. Se, entretanto, para Wittig³⁶ faz sentido falar que o sujeito universal é de-sexuado, para Butler³⁷ o sujeito falante é formado em virtude de ter passado pelo processo de assumir um sexo – que é o que torna um corpo inteligível.

2.5.1. Para Butler³⁸ não há apenas o gênero feminino, há uma multiplicidade de gêneros possíveis e reais, mas que têm sua existência, persistência, limitada por uma não identificação/reconhecimento dentro da matriz hétero de inteligibilidade. São corpos abjetos, o exterior constitutivo do sujeito.

2.5.2. A diferença sexual pode ser a diferença entre um sexo coerente dentro do imperativo hétero e um sexo incoerente, abjeto. É a diferença entre o sujeito e o abjeto, é a norma.

2.5.2.1. O paradoxo da proposição acima é que o abjeto só existe como tal porque há norma, ou visto a partir de uma norma. Sendo assim, como nos lembra sempre Butler³⁹, não há nenhum lugar de fora, ou antes da norma de onde pensar. Mesmo o que está fora, foi expulso para o exterior pela constituição da matriz de inteligibilidade binária.

2.5.3. Mas para Irigaray o abjeto é feminino. Não é o caso para Butler [1993], para quem o abjeto é tudo aquilo que escapa à matriz heterossexual de inteligibilidade dos corpos. A diferença sexual entendida em termos de sujeito e abjeto poderia ser aceita por Butler desde que não se faça coincidir o abjeto e o feminino.

2.5.3.1. Talvez para Butler [2004] a questão seja tornar a norma de inteligibilidade cultural dos corpos mais ampla, de modo a reconhecer e permitir o reconhecimento de corpos não correspondentes às expectativas *heteronormativas*. Mas o ponto cego desta abordagem é que na medida em que se reivindica legitimidade para certos corpos abjetos, ou seja, que se busca incluí-los dentro da categoria dos corpos viáveis, possíveis, vivíveis, ao mesmo tempo se produz novas formas de abjeção, que englobam outros corpos, performances ainda não representadas politicamente, num ciclo que pode ser sem fim.

³⁴ Irigaray, 1974/1985.

³⁵ Wittig, 1976/1992.

³⁶ Wittig, 1976/1992.

³⁷ Butler, 1990/2003, 1993.

³⁸ Butler, 1993, 2004.

³⁹ Butler, 1990/2003, 1993, 2004.

2.5.3.1.1. A questão é mesmo se podemos evitar normas de inteligibilidade para os corpos. Aqui a questão se mistura com o diagnóstico de Agamben⁴⁰ de que há, em nossas maneiras de pensar, uma máquina antropológica que distingue os humanos dos outros animais e é responsável pela categoria dos sub-humanos – e dos abjetos. Desmontar a máquina antropológica seria dissolver a noção mesma do que é humano – em particular, do que é um corpo humano (não-abjeto).

2.5.3.1.2. A questão da abjeção – e da máquina antropológica – fica ainda mais premente diante das tecnologias que produzem *cyborgs* e das cirurgias de transição de sexo. A inteligibilidade dos corpos – uma idéia que está relacionada com aquela de reconhecimento – tem que correr atrás dos desejos de transformação dos corpos.

3. Mas afinal, a diferença sexual, no sentido de Braidotti, pode ser entendida como a norma hétero em ação? Ou seja, há algo mais na diferença sexual do que as garras da matriz heterossexual diagnosticada por Butler? Ou o foco de uma perspectiva da diferença está justamente naquilo que (r)existe a(pesar da) norma?

3.1. Butler se interessa pela diferença sexual tal como Braidotti a entende porque pode ser que ela não seja apenas um subproduto da matriz heterossexual, “mas que ela é inevitável e fundamental ainda que sua forma patriarcal seja contestável.”⁴¹ Ela contrasta esta posição com aquela que considera que a diferença sexual é inevitável e, portanto, o patriarcado é eterno.

3.1.1 A diferença sexual, na concepção de Braidotti, aponta para a capacidade de subversão das mulheres diante da ordem falocêntrica – trata-se de um poço de subversão que não pode ser desprezado. É assim que a teoria da diferença sexual – pelo menos nas formas diretamente influenciadas por Irigaray – se alimenta das experiências de *écriture feminine*.

3.2. Sendo a diferença a ação da norma: é interessante ou problemático que (r)existam resíduos da norma?

3.2.1. Pode ser que os resíduos possam ser retomados, como os *cyborgs* ou as tecnologias médicas podem ser retomados para finalidades feministas⁴². A diferença sexual pode ser um construto do *heteropatriarcado* que pode se voltar contra ele – um instrumento de subversão não precisa ter a pureza de preceder, em algum sentido, aquilo que ele quer subverter: um instrumento de subversão não precisa ser puro para ser bom, ou efetivo.

3.2.1.1 Podemos então retomar o tema da identidade e da categoria “mulheres” como apareceu em -1.1.1. Pode ser mesmo que a categoria “mulheres” seja um produto da matriz heterossexual

⁴⁰ Agamben, 2002

⁴¹ Butler, 2004, p. 211 Nossa tradução.

⁴² Haraway, 1991.

e, ainda assim, possa ser apropriado por uma estratégia de dissolução do *heteropatriarcado* – e do *falocentrismo*.

3.2.1.1.1. Teremos então que admitir que, ao contrário do famoso *motto* de Audre Lorde, alguns instrumentos do mestre podem ser reapropriados – e mesmo recalibrados, reprogramados, resintonizados, reformatados – para se tornarem úteis para desmontar a casa do mestre.

3.2.2. E pode se tornar atraente uma posição como a de Wittig; o foco de sua teoria está na fuga – não no que sobra, mas no que ativamente escapa, foge – no processo de mudança desse território – o território da diferença sexual entendida como diferenciação entre homens e mulheres – para outro território possível ou pensável, mas não existente ou não presente. Lesbianas são escravas fugidas, mas para elas não há o “outro lado do rio Mississippi”⁴³ onde serão livres, elas tem que fazer como escravas fizeram no Brasil, criar seus próprios territórios quilombolas. Elas partem da diferença sexual sem garantia nenhuma de segurança/liberdade/sobrevivência.

3.2.2.1. Deleuze e Wittig dão as mãos? Poderiam ser as lesbianas de Wittig pensadas como um devir, uma rota de fuga para além de identidades molares de homens e mulheres produzidas pela norma hétero?

3.2.2.1.1. Assim, fica parecendo que há mais nomadismo na fuga das escravas de Wittig – fuga em direção as diferenças a partir de uma rejeição da categoria opressiva de sexo – do que na diferença sexual *molar* de Braidotti.

3.2.2.1.2 Também podemos, já que estamos por aqui, aproximar Deleuze de Butler. Em Deleuze⁴⁴ a diferença sexual é a diferença entre o homem *molar* e o *devir-mulher*. Não se trata de consolidar um sujeito feminino, mas deixar o sujeito se contaminar por *devires* que o levam alhures. Para Butler⁴⁵, como o gênero é uma performance reiterativa, coloca-se no plano de um perpétuo vir-a-ser.

3.2.2.1.2.1 Podemos entender o *devir-mulher* como a subversão da ordem *heteropatriarcal* – a subversão do sujeito *falocêntrico*. Uma subversão desde dentro, desde o sujeito mesmo. O *devir-mulher* é uma porta que leva a vários outros *devires*: não há um caminho pronto para o desmantelamento da ordem *falocêntrica* e nem sequer há um sujeito que se põe a empreender este desmantelamento.

3.2.2.1.2.2 Butler⁴⁶ escreve que muitas pessoas a consideram *deleuziana*, mas ela tem várias discordâncias com alguns elementos da maneira de pensar de Deleuze (e Guattari). Em seu livro de 1987, ela apresenta algumas destas discordâncias mais detidamente – sobretudo quando ela afirma que o desejo, para Deleuze, deve preceder as construções sociais e lingüísticas. É

⁴³ Wittig, 1976/1992.

⁴⁴ Deleuze e Guattari, 1980/1997.

⁴⁵ Butler, 1990/2003.

⁴⁶ Butler, 2004, p. 198

discutível que sua leitura da perspectiva de Deleuze e Guattari sobre o desejo seja apropriada, porém isso não é crucial para a aproximação entre Deleuze e Butler.

3.2.2.1.2.3 Butler entende que a subversão não tem um mapa definido – que ela se esparaia para todos os lados. Na nossa *Butleuze* (que congrega elementos de Butler com elementos de Deleuze) não se trata de encontrar um sujeito subversivo, ou um aglomerado de indivíduos subversivos, mas antes de encontrar as forças, desejos, elementos *individuais* que atuam na direção de dismantelar a casa do mestre. Não se trata de uma ação política organizada, planejada de um sujeito, mas antes de forças que atuam pelas arenas sub-subjetivas e dismantelam o mestre na estrutura mesma de sua subjetividade.

3.2.2.1.2.4. Porém Butler entende que os desejos e as forças não-hegemônicas na matriz heterossexual devem ser entendidos sobre o pano de fundo das normas de inteligibilidade. É como se não houvesse uma diferença externa, como se entendêssemos a subversão (a performance subversiva) a partir das normas de inteligibilidade. O subversivo é apenas o outro, definido a partir da norma e não em seus próprios termos. O subversivo não tem uma força própria, mas requer atos de reconhecimento.

3.3. O reconhecimento é o problema ou a solução? Queremos ampliar a norma ou é a norma a armadilha que queremos evitar? Podemos pensar sem a norma?

3.3.1 A norma, assim como a diferença sexual, parece colonizar nossas formas de pensar dando a impressão de que não podemos pensar sem ela. Mas a norma não permite uma perspectiva externa – alguma coisa que veja as coisas (e a norma) desde uma outra perspectiva. A diferença sexual pretende ser pensada desde uma outra perspectiva, uma perspectiva que tenha apenas uma relação externa com a norma hegemônica.

3.3.1.1. Não poder pensar em um corpo existindo fora ou resistindo à norma: o abjeto é o impensável? Abjetas seriam pessoas mal-representadas (ou mal-reconhecidas) pela norma? Assim, seriam os corpos abjetos definidos a partir da norma? Talvez pudéssemos – pensando em pessoas abjetas – encontrar uma perspectiva externa à norma.

3.3.2. A abjeção é o que fica do lado de fora da norma quando pensada desde a norma. Como foi dito acima, podem ser as mulheres, podem ser os corpos que não obedecem a matriz de inteligibilidade: estas duas categorias não precisam coincidir.

3.3.2.1 Será que o reconhecimento via norma se dá por categorias guarda-roupa? Em tais categorias, a gente enfia uma série de coisas que parecem ser a mesma coisa, mas que talvez não sejam. “Mulheres” é uma categoria guarda-roupa, porém “viados” também é.

3.3.3. Então podemos pensar na diferença sexual como sendo a diferença entre três categorias guarda-roupa: “mulheres”, “homens” e “o resto de nós”⁴⁷, tendo as três categorias uma relação

⁴⁷ Cf. o título do livro de Kate Bornstein (1995)

externa entre elas – sendo diferentes entre si e não postas uma em função da inteligibilidade da outra. Na categoria “o resto de nós”, a *categoria viada*, cabem todas as letras do alfabeto LGBTTTQIA... Para tanto, teríamos que enfatizar que há uma maneira de pensar do resto de nós – uma espécie de *écriture queer*. É certo que caso a estratégia funcione para o caso da diferença sexual de Irigaray, ela deve funcionar também aqui.

3.3.3.1 Vale notar que de uma perspectiva da diferença sexual tradicional, o alfabeto seria codificado em termos de múltiplas combinações dos elementos constitutivos binários. Ou seja, não há espaço para a *categoria viada* senão como uma categoria composta – sujeitos compostos a partir de diferença (e não de identidade) sexual: abre-se a possibilidade de uma multiplicidade de sexos.

3.3.4. Ou então, já que a diferença sexual foi entendida em 1 como sendo a diferença entre pelo menos dois sexos, o “pelo menos” abre a possibilidade de diferenciarmos entre quantos sexos quisermos – no limite de fazermos da diferença sexual uma diferença pessoal.

3.3.4.1. Postular um outro número qualquer de sexos, digamos 3, ou pelo menos 5, aceitando-se o argumento de Fausto-Sterling⁴⁸ sobre os intersexos, contudo, ainda não resolve a questão. Cheryl Chase, falando em nome da sociedade norte-americana dos intersexos, problematiza o pressuposto vitoriano de supor que a sexualidade se baseia inteiramente na natureza das gônadas, presente no artigo pioneiro de 1993, o que levou Fausto-Sterling a rever sua posição em 2000: seria melhor não atribuir sentidos clínicos ou identitários aos fenótipos sexuados.

3.3.2.1.2.2. Isto nos leva bem mais próximo de uma posição *queer* sobre a diferença sexual. Isto é, uma proliferação de identidades que são sempre nômades e híbridas. Aqui parece que podemos encontrar uma posição como a de Riki Wilchins⁴⁹, que não enfatiza tanto a norma, mas antes as diferenças que emergem a partir do que ela descreve como o fim do gênero. (Nota-se a inspiração *butleriana* na desconstrução do gênero entendido como efeito da matriz heterossexual compulsória e, ao mesmo tempo, uma tentativa de evitar que só se possa pensar a partir da norma). Esta posição pode ser entendida a partir da clareira de diferença positiva aberta pela idéia de diferença sexual: não pensar nenhum corpo em termos de normas mas, se possível, nos seus próprios termos.

3.3.2.1.2.2.1 Trata-se, mais uma vez, do desafio de pensar em uma alteridade sem ser em termos do Mesmo, sem ser em termos de uma norma de inteligibilidade que não surge do outro. Talvez a diferença sexual aponte mesmo para os limites do pensamento – e de fato ela pretendeu apontar pelo menos para os limites do pensamento normativo e representativo (os limites do pensamento *falogocêntrico*). O desafio da diferença sexual – o desafio da *écriture feminine* ou

⁴⁸ Op. Cit.

⁴⁹ Wilchins, 1997. Ver também a perspectiva das diferenças multiplicadas indefinidamente que aparece, por exemplo, em Queen & Schimel (1997).

da *écriture queer* – é o desafio de encontrar pensamento que possa ser dado como tal fora do âmbito do pensamento *falocêntrico*.

3.3.2.1.2.2.2. Aqui surge, mais uma vez, a questão do reconhecimento. Podemos dispensar reconhecimento: pensamentos diferentes não podem ser reconhecidos desde dentro.

3.3.2.1.2.2.2.1 Ou podemos imaginar que o reconhecimento tem que ser feito a partir de um Mesmo, mas talvez possamos imaginar que podemos reconhecer um pensamento não-falocêntrico apenas porque podemos transitar entre maneiras de pensar.

3.3.2.1.2.2.2.2.E pode ser, também, que o pensamento *falocêntrico* tenha brechas que ele próprio não possa preencher.

3.3.2.1.2.2.3 Em todo caso, podemos imaginar de que maneira a diferença sexual inaugura uma abordagem que contrasta com aquela das matrizes de inteligibilidade.

3.4. Quem sabe, ainda, podemos pensar também em uma diferença sexual binária entre categorias de dentro e categorias de fora do guarda-roupa.

3.5. Pode ser que, em alguma dessas muitas alternativas, a diferença sexual possa fazer diferenças.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *L'Aperto*. Turim: Bollati Boringhieri, 2002.

BORNSTEIN, Kate. *Gender Outlaw – On men, women and the rest of us*. Nova York: Vintage, 1995.

BRAIDOTTI, Rosi. (1989) A Política da Diferença Ontológica. In: BRENNAN, Teresa *Para Além do Falo: Uma crítica a Lacan do ponto de Vista da Mulher*. Rio de Janeiro: Record:Rosa dos Tempos, 1997.

BRAIDOTTI, Rosi (1994) *Nomadic Subjects*, tradução argentina: *Sujeitos Nômades*, Buenos Aires: Paidós, 2000. (Capítulos citados a partir da tradução argentina)

BRAIDOTTI, Rosi. *Metamorphoses – Towards a materialist theory of becomings*. Cambridge: Polity, 2002.

BUTLER, Judith. *Subjects of Desire*. Nova York: Columbia University Press, 1987.

BUTLER, Judith. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York and London: Routledge, 1990. Edição Brasileira: *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter – on the discursive limits of “sex”* London: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. *Undoing Gender*. New York/ Milton Park: Routledge, 2004.

DELEUZE, Gilles & Guattari, Félix. *Mille Plateaux*, Paris, Minuit. Edição Brasileira: *Mil Platôs*, São Paulo: Editora 34, 1980/1997.

FAUSTO-STERLING, Anne. "The 5 Sexes: why male and female is not enough?". *The Sciences*, Nova York, The New York Academy of Sciences, march/april 1993, p. 20-25.

FAUSTO-STERLING, Anne. "The five Sexes revisited: the varieties of sex will test medical values and social norms". *The Sciences*, New York, The New York Academy of Sciences, july/august. 2000, p. 18-23.

HARAWAY, Donna. *Simians, Cyborgs and Women: The Reinvention of Nature*. Nova York: Routledge, 1991.

IRIGARAY, Luce. *Speculum of the Other Woman*. Tradução em inglês de 1985, Nova York: Cornell University Press, 1974/1985.

QUEEN, Carol & Schimel, Lawrence (eds.) *Pomosexuals*. San Francisco: Cleis, 1997.

RAYMOND, Janice. *The Transsexual Empire: The making of the she-male*. Boston: Beacon Press, 1979.

RUSS, Joanna. *The Female Man*. Boston: Beacon Press, 2000.

STRYKER, Susan & Whittle, Stephen (eds.) *The Transgender Studies Reader*. Nova York: Routledge, 2006.

WILCHINS, Riki. *Read my lips: sexual subversion and the end of gender*. Ithaca: Firebrand books, 1997.

WITTIG, Monique (1976) *The Straight Mind and Other Essays*. Boston: Beacon Press, 1992.

WITTGENSTEIN, Ludwig. (1921) *Tractatus Logico-Philosophicus*. Edição Brasileira: São Paulo: Edusp, 2001.

Recebido: 10/10/08

Aceito: 10/12/08